

caderno

de **NOTÍCIAS**

Jornal da ADUFES - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo . Seção Sindical do AnDES . Sindicato Nacional - Vitória . Espírito Santo
Edição número 92 . jan.feV.mar 2018

Mulheres de luto na luta!



Foto: Sérgio Cardoso

Entrevista
Edna Matins, do Fórum de
Mulheres do ES

Marielle, presente!

No luto se faz luta



Foto: Suellem Szuzano

Tristes dias para o país. No mês das mulheres, em que estamos nas ruas reforçando nossas pautas de luta e com mote voltado para o fim da violência, a voz de uma defensora dos direitos humanos e, especialmente, da mulher negra foi sufocada, mas não silenciada.

Mãe, nascida e criada em comunidade, socióloga, feminista e ativista desde muito jovem, a vereadora Marielle Franco estava sempre ao lado das trabalhadoras e trabalhadores, construindo resistências e esperanças em corajosos enfrentamentos contra as opressões. Sua atuação política inspirava e continuará inspirando a juventude deste país.

Não resta dúvida de que o ocorrido com a vereadora foi

mais uma tentativa de calar a voz também de todos que lutam por direitos iguais e por uma sociedade sem opressão. Nós mulheres, principalmente aquelas que abraçam essa pauta dentro dos movimentos sindicais e sociais, não arredaremos pé em busca de justiça para Marielle e o motorista Anderson Gomes, bem como de outras vidas exterminadas.

Assim como vereadora, muitas mulheres desempenham uma multiplicidade de papéis na sociedade que nos impõe uma sobrecarga de atividades de várias ordens. Não raro, nos deparamos com mulheres que desenvolvem múltiplas tarefas seja no campo laboral, familiar ou em ambos, exigindo por vezes dispêndio de energia que pode contribuir para o processo de adoecimento.

Esse, muitas vezes, é evidenciado pelo significativo índice de doenças psicossomáticas e a busca pelos atendimentos nos serviços de saúde. As relações sociais, a capacidade para o trabalho, bem como para o desempenho das distintas atividades

também podem estar prejudicadas diante dessa conjuntura.

Nesse contexto, faz-se necessário a busca pelo empoderamento, saúde, bem-estar, respeito e valorização da vida das mulheres. É notório o aumento da expectativa de vida em nossa população, contudo, é necessário acrescentar qualidade aos anos vividos.

37º Congresso. Uma das principais deliberações do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi a aprovação da luta pela legalização do aborto e o fortalecimento de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Foi aprovada também a intensificação da luta em defesa dos direitos dos indígenas, negros, e contra as ações (administrativas, legislativas, judiciais) que buscam restringir garantias sociais.

Em luta continuaremos na defesa por direitos, respeito e dignidade pela vida humana.

Magda R. Castro
Diretora Adufes

Trajетória remonta resistência e organização das mulheres

Tendo em vista a situação das trabalhadoras durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, na Dinamarca, em 1910, a alemã Clara Zetkin, militante feminista, propôs a criação de um Dia Internacional que fosse marcado pela luta das trabalhadoras contra as condições precárias de trabalho.

Nos anos seguintes, as comemorações se espalharam pela Europa, mas sem data fixa para todos os países. Naquele ano, em uma greve em Nova Iorque, houve um incêndio no qual morreram 146 pessoas, a maioria

mulheres. Essa é provavelmente a origem do mito do 8 de março.

Já em 8 de março de 1917 (27 de fevereiro no calendário russo), um grupo de operárias russas iniciou greve geral contra a fome, a guerra e o czarismo. As trabalhadoras das indústrias têxteis se lançaram às ruas de Petrogrado mobilizando cerca de 90 mil pessoas, o que teria sido um dos primeiros movimentos da Revolução Russa. No ano seguinte, Alexandra Kollontai lidera as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher e começa o 8 de março, em lembrança à greve do ano anterior.

Com o tempo, porém, a origem socialista da data foi esquecida e a história da greve das mulheres de Nova Iorque tomando força. A comemoração nasce do movimento socialista internacional que tinha o objetivo de organizar as mulheres para melhorar as condições de vida. Em 1975, 64 anos depois da convenção socialista, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a data para celebrar o Dia Internacional da Mulher. É válido salientar que as conquistas históricas obtidas em favor das mulheres são resultado de organização e luta.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
ADUFES - Seção Sindical do Andes-SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus
Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES
CEP 29060-900

Telefone 1: 27 3235-9291

Telefone 2: 27 3235-9294

www.adufes.org.br

comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
PRESIDENTE

Ricardo Roberto Behr
VICE-PRESIDENTE

Leonardo de Resende Dutra
TESOUREIRO GERAL

Bernardete Gomes Mian
SECRETÁRIA GERAL

Magda R. Castro
1ª SUPLENTE

Iguatemi Santos Rangel
2º SUPLENTE

Maurice Barcellos da Costa
3º SUPLENTE

Valter Pires Pereira Schiavo
4º SUPLENTE

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS
Giselle Pereira (MTB 2644)
Vivia Fernandes (MTB 447)

DESIGN GRÁFICO
Estúdio Dr.Quem!

Tiragem: 2.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

Mulheres contra o patriarcado e as relações de desigualdade dentro da Universidade

Mesmo maioria nos cursos de graduação, elas enfrentam preconceitos

Na Ufes, as mulheres representam mais da metade do corpo estudantil. Dos 22.984 discentes, 12.028 são alunas (52,3%). Nos cursos de mestrado elas representam (46,7%) e nos de doutorado (54,1%). No entanto, o aparente equilíbrio não significa que o preconceito e o machismo tenham sido superados.

Uma dessas expressões é a composição em determinadas áreas de conhecimento. As unidades ditas socialmente mais femininas são os centros Centros de Ciências da Saúde (CCS), Educação (CE), Jurídicas e Econômicas (CCJE) e de Artes (CAr). Já os homens estão em maior número nos Centros Tecnológico (CT), Ciências Exatas (CCE), Educação Física (CEDF) e nas Ciências

Humanas e Naturais (CCHN).

“À mulher foram atribuídos os papéis de cuidadora, educadora. Essas são diferenças culturais e históricas que fazem parte da construção do feminino na nossa sociedade e refletem as configurações nas profissões até os dias atuais”, avalia Irineuza da Silva, professora do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), que há vários anos estuda a questão do gênero na educação.

Áreas masculinas e machismo. Outra expressão das relações de gênero é o tratamento dado às professoras nas áreas consideradas mais masculinas.

A professora Jane Santos, que hoje atua no Departamento de Engenharia Ambiental, em Vitória, convive com machismo

Distribuição dos docentes e estudantes por sexo na Ufes

Centro	Docentes		Estudantes	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
CAr	56 (41,5%)	79 (58,5%)	1244 (56,9%)	942 (43,1%)
CCE	25 (20,2%)	99 (79,8%)	229 (36,2%)	403 (63,8%)
CCJE	97 (45,5%)	116 (54,5%)	2313 (55,2%)	1874 (44,8%)
CCHN	115 (49,6%)	117 (50,4%)	1815 (48,3%)	1941 (51,7%)
CCS	221 (63,0%)	130 (37,0%)	1625 (73,5%)	585 (26,5%)
CE	60 (61,2%)	38 (38,8%)	1202 (72,1%)	465 (27,9%)
CEFD	22 (43,1%)	29 (56,9%)	277 (34,7%)	521 (65,3%)
CT	42 (26,3%)	118 (73,8%)	526 (24,0%)	1664 (76,0%)
Ceunes	93 (43,9%)	119 (56,1%)	1479 (53,8%)	1271 (46,2%)
CCAe Alegre	47 (40,2%)	70 (59,8%)	608 (51,4%)	575 (48,6%)
CCENS Alegre	66 (53,2%)	58 (46,8%)	710 (49,8%)	715 (50,2%)
TOTAL	844 (46,5%)	973 (53,5%)	12028 (52,3%)	10956 (47,7%)

Fontes: Progep e Prograd

desde quando ingressou na universidade como aluna da engenharia. Era a única mulher na sala de 80 alunos. “Nas conversas entre os rapazes era geralmente excluída”, lembra a docente, des-

tacando que no contato diário foi quebrando obstáculos. Jane ainda percebe preconceito junto aos colegas de profissão. “Em certas reuniões ocorrem reações machistas, mas eu as ignoro”.

Jornada extensiva aumenta precarização



Foto: acervo FIMES

Segundo a ONU, 70% dos pobres no mundo são mulheres, sobretudo negras

As mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido a tripla jornada, que incluem tarefas domésticas e o cuidado com crianças e idosos (trabalho sem

remuneração).

Apesar da taxa de escolaridade ser mais alta, a jornada extensiva precariza as condições de vida das mulheres. Os dados estão em Retrato das Desigual-

dades de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea/2017). “As mulheres tendem a ocupar postos de trabalho desvalorizados socialmente e com remuneração mais baixa, o que caracteriza a divisão sexual do trabalho”, explica Livia Godoi, professora do Departamento de Ciências Sociais.

Em 2015, a jornada média das mulheres era de 53,6 horas e a dos homens de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, a proporção se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos: mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, enquanto os homens 50%.

Contrarreformas. O governo Temer congelou por 20 anos os investimentos em áreas sociais. Aliadas a esse contexto, aprovou as Reformas do Ensino Médio e Trabalhista. “Quando o estado desresponsabiliza-se de garantir a prestação de serviços sociais, ele estende a jornada das mulheres e as sobrecarregam”, pontua Livia.

Outra Reforma que pode intensificar a precarização é da Previdência (PEC 287) com votação adiada. A Constituição de 88 assegurou aposentadoria com menor tempo de serviço para as mulheres por causa da extensão de tarefas. “Essa é uma conquista histórica que pode ser perdida caso não haja luta”.

Mulheres na História



Marielle Franco (1979-2018)

A 5ª vereadora mais votada no Rio dedicou-se na defesa dos direitos humanos. Também fazia críticas à intervenção militar e foi relatora da Comissão da Câmara para acompanhar a atuação das tropas. Há indícios de crime político em seu assassinato.



Ilma Viana (1970-2017)

Foi militante do movimento negro e uma das fundadoras do Fórum de Mulheres/ES. Integrou o Conselho Gestor do Museu do Negro “Verônica da Pas” (Mucane), de 2012 até seu falecimento.

Dados refletem negligência do governo do ES no combate à violência contra mulheres

O Espírito Santo é o 2º estado com mais registros de assassinatos de mulheres do País



Foto: acervo FMES

A cada 41 minutos, uma mulher é agredida no ES, segundo dados do governo

De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, o Estado é o segundo mais violento para mulheres, superado apenas por Ro-

raima. De acordo com o estudo, que se baseia em dados de 2013, o ES registrou 9,3 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. O Mapa faz uma série histórica das

mortes de mulheres e, segundo os dados, não há tendência de queda do feminicídio.

Para Edna Martins, do Fórum de Mulheres do ES, embora sejam números de cinco anos, são os dados mais confiáveis.

“Em 2017, o Secretário de Segurança Pública do ES, André Garcia, informou que ocupávamos entre o 4º e 5º lugar no ranking nacional”. Mas, segundo ela, o secretário só caracterizou como feminicídio (tipificação legal), 41 dos 112 assassinatos. “Desconsiderando as mortes de mulheres no contexto do tráfico, por exemplo”, destaca Edna.

No mesmo ano, a Polícia Civil registrou 12.771 ocorrências de violência contra mulher. “Para nós essas mortes têm relação com a opressão de gênero, por-

tanto todas são feminicídio”.

Mulheres negras têm 3,5 vezes mais chances de serem assassinadas. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de 2017, a taxa de homicídio de mulheres negras entre 19 e 29 anos é de 13 por 100 mil habitantes. “Esses números são o reflexo do racismo capixaba”, diz Edna Martins, garantindo que o Fórum de Mulheres vem cobrando do governo o acesso às informações.

Conquista do movimento feminista. A violência saiu do espaço privado. A partir da Lei Maria da Penha, a questão passou a ser de ordem pública por ser um fenômeno social. “O maior desafio agora é fazer com que essas políticas sejam de fato efetivadas”, finaliza Edna.

Docentes sofrem violência nas escolas

Docentes dos ensinos médio, fundamental e superior sofrem diversos tipos de agressões por parte dos alunos e até dos familiares. “Para mudar essa realidade é preciso garantir todos os direitos sociais, além de um trabalho efetivo junto aos estudantes, suas famílias, escola e Estado”, afirma a professora Paula Corandi, da rede estadual de ensino. Ela também acredita que muitas vezes é a família do/a aluno/a agressor/a que fortalece tal prática.

Essa situação de agressão não se restringe à educação básica. Está presente também no ensino superior. Uma professora da Ufes, que não quis se identificar,

disse que um aluno reclamou da nota e por isso ela foi ameaçada. “Ele disse a seguinte frase: É por isso que tantas mulheres morrem no ES”, recorda a professora. Assustada, ela entrou com pedido de afastamento do trabalho e, com medo, preferiu não levar o caso adiante.

Violência contra a mulher trans. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. Em 94% dos casos, os crimes foram cometidos contra pessoas do gênero feminino. No caso da mulher trans, foram dois feminicídios registrados no ES. O

Mapa foi criado com base em dados divulgados pela mídia, o que significa que os números podem ser maiores.

Débora Sabará, do Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD), disse que, diante de tantos casos de assassinatos por

transfobia, a população trans está com muito medo. “Esse genocídio tem levado pânico. Muitas/os relatam que estão com medo de andar nas ruas”. Segundo ela, a população LGBT vem sofrendo agressões físicas e psicológicas diariamente.



Foto: reprodução Internet

A cada 19 horas, um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia” no Brasil

Mulheres na História



Maria Aparecida Barreto (1967-2013)

Primeira vice-reitora negra da Ufes, foi professora nos cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Educação. Coordenou o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab).



Lélia Gonzalez (1935-1994)

Foi professora na rede pública e pesquisou sobre gênero e etnia. Destacou-se pela importante participação no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras (1978).

Participação delas em cargos de liderança permanece desigual apesar dos avanços

Embora haja equilíbrio quantitativo entre os sexos, há poucas mulheres nos Conselhos da Ufes



Foto: Comunicação Adultes

Ex-coordenadora de curso destaca que mulheres sofrem pressão em cargos de chefia

Mais um 8 de março e pouco a comemorar quando se olha a participação feminina nas instâncias de deliberação da instituição.

De acordo com a Pró-reitoria

de Gestão de Pessoas (Progep), o Conselho Universitário é composto por 14 mulheres e 37 homens, entre titulares e suplentes. Esse número corresponde a 27,5% da participação feminina.

No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), são 25 mulheres e 40 homens, o equivalente a 38,5%. Já no Conselho de Curadores (CCur), os números são mais equilibrados: cinco mulheres (41,7%) e sete homens.

No geral, os cargos de gestão da Ufes (chefias de departamentos, colegiados e pró-reitorias) são ocupados por 142 mulheres, enquanto eles são 205. Desta forma, elas representam 40,9%.

Para a professora Jeane Andrea Silva, do Departamento de Serviço Social, a universidade está dentro de um contexto social que deve ser levado em conta. “A instituição é um retrato da opressão de gênero e das desigualdades sociais estruturantes do sistema capitalista”, opina.

Jeane, que foi coordenadora de curso por duas gestões, reitera que o fato de a mulher deixar de assumir chefias não se significa falta de competência ou de conhecimento, mas se deve às relações que desenvolve fora do ambiente de trabalho.

Pressão. Há atualmente três pró-reitoras e quatro pró-reitores na Ufes. A Pró-reitora de Graduação, Zenólia Figueredo, diz que a extensão de trabalho dentro e fora das instâncias administrativas inibe a participação feminina.

“Se não houver companheirismo nas atividades domésticas e no cuidado com os filhos, a mulher vai recusar os cargos de chefia, pois é uma tarefa que pode se tornar um fardo”, afirma Zenólia, que está na função desde 2015.

Desafios das mulheres no meio sindical



Foto: Arquivo Sindsmuvi

Diretoras do Sindsmuvi protestam nas ruas de Vitória contra a precarização do trabalho

Dados do Dieese (2009) confirmam a divisão sexual do trabalho e a disparidade da partici-

pação política. O maior número de sindicalizadas é de domésticas (86,7%), depois trabalhadoras da

educação, saúde e serviços sociais (77,6%). Os homens: construção civil (93,7%) e indústria (73,9%).

No ES, a participação feminina à frente de sindicatos e movimentos sociais é restrita. Para Lara Gobira, do Coletivo TAEs em Luta, base do Sindicato dos Trabalhadores da Ufes (Sintufes) e do Movimento Mulheres em Luta, elas continuam invisibilizadas. “As entidades sofrem uma pressão muito grande para pautar questões de gênero, raça e lesbofobia, porém as direções resistem em fazer esses debates”, critica.

Participação da mulher. Charla Campos, presidenta do Conselho Municipal de Educação

de Vitória (COMEV) sofreu com machismo quando disputou à presidência. “Embora seja espaço massivo de mulheres, davam mais créditos a um homem”, garante. O COMEV leva o debate sobre as diversidades para as escolas. “As crianças são menos preconceituosas e, por isso, da importância desse debate”.

Para Waleska Timóteo, presidenta do Sindicato dos Servidores em Vitória (Sindismuv), é preciso romper barreiras. “Somos muito cobradas e ainda ouvimos que há coisas mais importantes do que estar no sindicato”, diz. Para ela, o desafio é mostrar que são de luta e nenhum machista as calará.

Mulheres na História



Mercedes Sosa (1935-2009)

Cantora argentina de apelo popular na América Latina. Expoente do movimento conhecido como Nueva canción, marcado por uma ideologia de rechaço ao imperialismo EUA, ao consumismo e às desigualdade sociais.



Zacimba Gaba (século XVII)

Foi uma princesa africana trazida para São Mateus para ser escravizada. Para se livrar do senhor, colocava gotas de veneno em sua comida, o que o levou à morte. Libertou todos os negros escravizados e criou um dos maiores quilombos do norte do ES.

Enegrecer o feminismo é bandeira de luta

Movimento busca promover e trazer visibilidade às pautas das mulheres negras e reivindicar seus direitos



Foto: Comunicação Adufes

Demanda das mulheres negras são diferentes e é importante considerar o racismo

Tão igual e ao mesmo tempo diferente. É o que se constata ao analisar a trajetória de existência desse levante feminista que surgiu no Brasil na década de 70 com a proposta de pautar as

necessidades e demandas das mulheres negras que não estavam presentes no movimento feminista hegemônico.

Indignadas com a ausência de discussões de recorte racial,

as militantes negras passaram a se organizar. “É uma luta por autonomia e igualdade, de inserção na sociedade”, ressalta a psicóloga e assistente social Sônia Rodrigues da Penha, ativista do Feminismo Negro. Ela lembra que são as negras que mais convivem com a violência doméstica e com o desemprego; com a desvalorização e baixos salários; com assédio e com a invisibilização nos espaços acadêmicos.

Racismo institucional é realidade na Ufes. Apesar da gradual inserção da mulher negra no mercado de trabalho formal e no ensino superior, o caminho para a superação do racismo

ainda é longo. É o que acredita a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Ufes, professora Patrícia Gomes Rufino, integrante da recém criada Comissão de Validação de Autodeclaração Etnico-racial no sistema de cotas do VestUfes.

Na avaliação da docente, são necessários instrumentos para fortalecer a representatividade das/os negras/os em todos os espaços acadêmicos. “Embora a maioria da população brasileira seja preta e parda, a universidade ainda é muito branca”, frisa.

O número de professoras negras em posições de hierarquia é inexpressivo. Historicamente, elas são ainda preteridas.

Superando o racismo por meio da cultura



Foto: Acervo pessoal

Diretora do Teatro Carlos Gomes (foto) defende: combate ao racismo exige igualdade de oportunidades

Embora o Brasil tenha a 2ª maior população negra no mundo fora da África, ainda há intensa luta por representatividade nos diversos âmbitos

da sociedade. E o que dizer do preconceito contra a cultura negra? “É um estigma que se perpetua”, diz Charlene Bicalho, diretora do “Raiz Forte”, es-

paço de criação, situado no Centro de Vitória, que agrega atividades artístico-culturais sobre africanismo, negritude e feminismo. O rosto jovem da ativista talvez esconda sua experiência cultural voltada para a questão dos negros no ES. Charlene, 36 anos, é diretora do Teatro Carlos Gomes.

E o que tem o Carlos Gomes a ver com isso? A casa de espetáculos mais antiga do estado abriu portas para artistas negros. Para citar alguns, passaram por lá Batalha de MCs, Cia de dança Afro NegraÔ, e Clementina, Cadê Você? “Procuramos contemplar grupos que, na maioria das vezes, são marginalizados”, afirma Charlene.

Através de Chamada Pública, espetáculos do clássico ao popular são selecionados por uma comissão formada por brancos e negros.

Superando preconceitos no esporte

“As mulheres sempre foram preteridas nos esportes, principalmente no futebol, remo, ciclismo e até nos esportes de quadra como o vôlei e o basquete. Mas o preconceito não nos desanima”, ensina Ana Cláudia Borges, professora do Departamento de Biblioteconomia da Ufes e remadora do Clube Álvaro Cabral.

Primeiro lugar no ranking brasileiro de Remo Master 2017, na categoria 8+ Feminino, a atleta garante que o esporte a ajudou a ter mais disciplina e concentração nas atividades acadêmicas. As dificuldades na carreira esportiva, no entanto, são de preconceitos e barreiras, principalmente para as atletas negras. “No remo sofri mais por ser mulher, por ter mais de 40 anos, mas é claro que a negritude interfere”, concluiu.

Mulheres na História



Alexandra Kolontai (1872-1952)

Foi a mais destacada dirigente da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, responsável pela elaboração da legislação revolucionária do Estado Soviético que, pela primeira vez na história, reconheceu a igualdade de direitos entre os sexos.

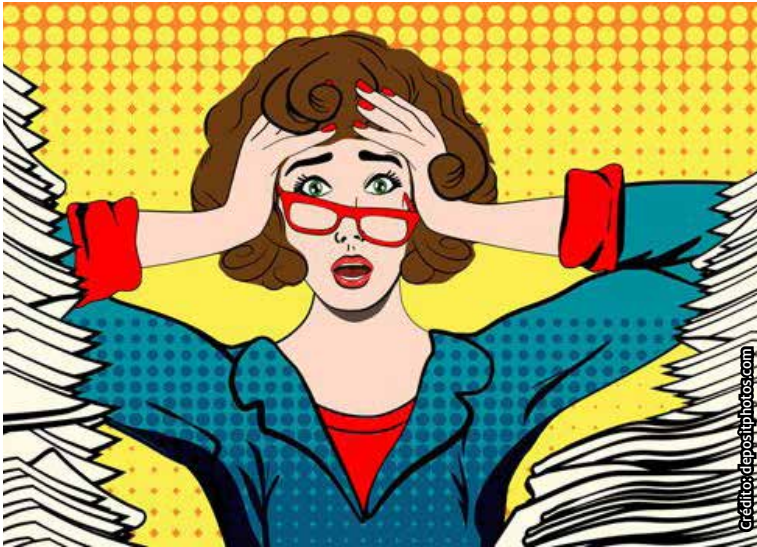


Angela Davis (1944)

Professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

Estresse: grande vilão da saúde gera impactos sérios na vida das mulheres

Excesso de tarefas acarreta desgastes físicos e emocionais que levam ao adoecimento



O adoecimento afeta cada vez mais as professoras em seus locais de trabalho

Os avanços que a emancipação feminina trouxe não vieram sozinhos. Com eles, surgiram novos problemas de saúde. “A ansiedade, a depressão e o estresse são hoje os transtornos mais comuns. Por conta da dupla ou tripla jornada, as mulheres são as que mais sofrem”,

garante a psicóloga e especialista em saúde pública Andréa Romanholi.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), por ano cerca de 8,5 milhões de mulheres morrem no planeta em decorrência de infartos e acidente vascular encefálico. O

estresse é o principal causador dessas doenças. O tabagismo, a má alimentação e o sedentarismo têm sido outros “vilões”.

No ano passado, 854 mulheres morreram no Espírito Santo vítimas de causas cerebrovasculares; outras 794 por infarto do miocárdio e 755 por pneumonia. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, das 9,9 mulheres mortas por doenças crônicas não transmissíveis, 840 eram negras.

Medicalização e dependência. O aumento do consumo de ansiolíticos e outras drogas tornou-se problema de saúde pública. Da equipe de Enfermagem do Núcleo de Estudos sobre o Álcool e outras Drogas (NEAD) da Ufes, a pesquisadora e professora Marluce Miguel de Siqueira, ressalta que a relação mulher e serviço de saúde contribui, sobremaneira, para o uso indiscriminado de medicamentos e para o fenômeno

da dependência. “Na sociedade capitalista prevalece o discurso naturalizado que subjuga a mulher e não leva em conta suas singularidades”.

As duas pesquisadoras defendem a criação de espaços para que as mulheres possam expressar suas queixas que, na maioria das vezes, são decorrentes de problemas econômicos e sociais. Marluce acredita que é preciso “organizar a rede de atendimento a partir de uma visão mais integral do ser humano”. Ela cita as chamadas Práticas Integrativas e Complementares (PICS) como recursos terapêuticos.

Fitoterapia, acupuntura, ioga, biodança, xiang gong (treinamento perfumado), dança circular, entre outras, são tratamentos disponíveis na rede pública. “São práticas que melhoram a autoestima, reduzem a ansiedade, a enxaqueca, a hipertensão e dores musculares”, garante.

Precarização do trabalho e produtivismo exacerbado adoecem docentes

Estudos mostram que a docência é uma das profissões mais estressantes e que é fundamental desenvolver maneiras para lidar com esse mal dos tempos modernos. Na Ufes, muitos são os/as docentes com problemas de saúde, embora haja sigilo sobre as causas dos afastamentos por adoecimento. A professora Cristina Borsoi, recém-aposentada pelo Departamento de

Ciências Sociais, se debruçou sobre o tema e constatou que os/as colegas têm adoecido pelo excesso de produtivismo e pela precarização das condições de trabalho.

A pesquisa Docência, Gênero e Sofrimento, abordou 96 professoras/es e a maioria declarou extrapolar a jornada regular. “Ambos os sexos têm atividades semelhantes, mas as

professoras se cobram mais, são as que mais sofrem e adoecem”, destaca Cristina, lembrando que para ficarem mais tempo com os filhos, elas costumam levar mais trabalho para casa. “Os homens fazem isso, mas se trancam em seus espaços de estudo. Já elas são interrompidas a cada demanda da casa, o que é muito desgastante”. O estudo apontou também que elas são mais sus-

cetíveis à síndrome de burnout e a distúrbios de voz.

Segundo a pesquisadora, alguns docentes relataram ter chegado ao fundo do poço e tiveram que redimensionar suas vidas. Organizaram radicalmente o tempo dentro e fora do trabalho, tiraram atividades “penduricalhos” e demandas que poderiam esperar, melhorando a capacidade produtiva e a saúde.

Mulheres na História



Simone de Beauvoir (1908-1986)

Foi uma escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Em 1949, publica *O Segundo Sexo*, pioneiro manifesto do feminismo, no qual propõe novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens.



Margarida Maria Alves (1933-1983)

Sindicalista, defensora dos direitos humanos e da reforma agrária. Quando esteve à frente do sindicato, foi responsável por mais de cem ações trabalhistas. Assassinada a mando do latifúndio.

Fórum de Mulheres do ES rumo aos 26 anos de história e resistência

Em entrevista ao Caderno de Notícias, Edna Martins, uma das fundadoras do Fórum de Mulheres do ES (FMES), destaca a inércia do estado na efetivação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.



Foto: Comunicação Adufes

Mulheres na Assembleia Legislativa ES contra o feminicídio e pela legalização do aborto

O que motivou a criação do Fórum de Mulheres do ES?

Ele foi criado durante a mobilização para a reestruturação do Conselho Estadual da Mulher Capixaba e pela implantação de políticas públicas. Apesar da criação do Fórum ser de 1992, já havia movimentações de luta das mulheres. No ano de 1989, foram assassinadas Maria Cândida Teixeira e sua filha, no Parque Moscoso (Vitória). O caso despertou a sociedade para a violência contra as mulheres. Na ocasião, reunimos vários movimentos sociais e sindicais para exigir punição. Esse processo culminou na organização das mulheres no ES.

Quais as principais intervenções políticas do Fórum nos anos 90?

Durante essa década estivemos presente nas manifestações pelo Fora Collor, na luta contra as privatizações e implementação do neoliberalismo no Brasil. Também participamos do processo de criação das Delegacias de Mulheres, da Casa Abrigo

estadual e da luta em defesa da educação pública e antissexista. Exigimos a aplicação das cotas eleitorais de gênero e a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I, II e III). Além disso, o controle social das políticas públicas referentes ao enfrentamento à violência.

A Lei Maria, que completa 12 anos, é a melhor legislação no enfrentamento à violência contra as mulheres?

Segundo estudos, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) é a terceira melhor legislação do mundo no que tange ao enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Mesmo sabendo que as legislações não transformam radicalmente a realidade de um fenômeno estrutural, ela possibilitou, e ainda possibilita, mudanças importantíssimas para que as mulheres possam ter a garantia de direitos.

Quais os principais desafios apontados para a efetivação da Lei Maria da Penha no ES?

A violência contra as mulheres

não é um problema fácil de ser enfrentado. Envolve questões objetivas e, sobretudo, subjetivas. As instituições que deveriam efetivar a lei são permeadas pelas concepções patriarcais, o que gera muitos conflitos. A legislação delimitou o papel de cada sujeito político nesse processo, lhe deu responsabilidades, contudo, para manter a dominação masculina muitas conquistas fundamentais da lei ainda não chegaram na vida das mulheres.

Diante do crescimento de assassinatos de mulheres, sobretudo negras, quais os caminhos para reverter o quadro?

São necessárias políticas de enfrentamento à violência contra às mulheres, aplicada por diferentes sujeitos políticos e de forma articulada, sempre levando em consideração toda a diversidade que tem o sujeito mulher e as diferentes opressões que sofrem. No caso das mulheres negras, o racismo estruturante não é considerado como uma questão fundamental no enfrentamento à violência. É só ver as políticas públicas que nunca levam em

consideração que, entre nós mulheres, são as negras que mais sofrem.

Quais são os dados oficiais sobre o feminicídio no ES referentes ao ano 2017?

Sabemos que é crescente a violência contra as mulheres nos ambientes doméstico e público; rural e urbano. É preocupante os casos de estupro e pornografia por vingança.

Temos uma lacuna histórica na produção de dados capazes de mostrar as dimensões da violência e os diferentes contextos que possam produzir indicadores que nos permitam avaliar essa realidade. Sem esses dados, o monitoramento das políticas e das leis torna-se frágil.

Temos informações de que nem todos os homicídios de mulheres estão sendo enquadrados de acordo com o tipo penal (feminicídio). É preciso refletir se queremos uma legislação que apenas mude o nome dos crimes ou se esperamos que o peso político dessa tipificação contribua para refletir as mortes violentas praticadas em razão de gênero.



Foto: Arquivo Sindbanca/ios/ES

Fórum vem denunciando, desde a década de 90, a violência contra as mulheres indígenas

Mulheres na História



Frida Kahlo (1907-1954)

Pintora mexicana que realizou principalmente auto-retratos nos quais utilizava uma fantasia e estilo inspirados na arte popular do México. Aos 16 anos, enquanto estudante, sofreu um grave acidente que a levou a começar a pintar durante a recuperação.



Rigoberta Menchú (1959)

É uma indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia. Foi agraciada com o Nobel da Paz de 1992, em reconhecimento ao trabalho pelos direitos humanos dos indígenas da Guatemala.